



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação N° 191/2023

Processo Número: 11294/2023 | Data do Protocolo: 27/04/2023 18:31:39

Autoria: Reis

Co-autoria:

Ementa: Requer ao Sr. Secretário da Segurança Pública informações concernentes ao inquérito policial militar instaurado para apurar a participação de policiais militares nos fatos envolvendo a empresa CampSeg e o deslocamento indevido dos referidos policiais.



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370036003700350032003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com os artigos 165, IV, e 166, XI, ambos da Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, **REQUEIRO** seja oficiado ao **SECRETÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, Senhor **GUILHERME MURARO DERRITE**, para que envie a este Parlamentar informações e o expediente completo (cópia integral dos autos, documentos, requisições, oitivas etc.) do inquérito policial militar instaurado para apurar a participação de policiais militares nos fatos envolvendo a empresa *CampSeg* e o deslocamento indevido dos referidos policiais.

Isso porque conforme veiculado na imprensa, **Policiais Militares foram deslocados de suas atividades laborativas para a realização de “segurança privada” de uma ferrovia na região do porto de Santos [1]**.

Coincidemente, a empresa responsável pela segurança da aludida rodovia chama-se *CampSeg*, cujo atual sócio é **irmão de um assessor especial do Governador Tarcísio de Freitas[2]**.

Em síntese, em 02 de janeiro deste ano – um dia após a posse do novo Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas –, a **CampSeg** foi contratada pela empresa **Rumo Norte Logística**, concessionária da linha férrea mencionada alhures.

Pouco tempo depois, no dia 09 de janeiro p.p., **o comando da Polícia Militar mobilizou grupos de policiais para prevenção de roubos de cargas na ferrovia**. A pasta de Segurança Pública justificou a medida tomada já nos primeiros dias de janeiro em razão do aumento do crime, como um caso envolvendo o incêndio de um trem e danos de R\$ 200 milhões.

Ocorre que conforme conversas, documentos e vídeos vazados de grupos de *WhatsApp*, obtidos e divulgados pelo veículo de notícias *Estadão*, **mostram indícios de desvio de viaturas para patrulhar a linha férrea em áreas rurais, além de possível acionamento do helicóptero Águia**, da Polícia Militar, por chefes da empresa:

Identificados nas mensagens como agentes Pires e J. Souza, ao que tudo indica, foram os responsáveis pela contratação de policiais no litoral paulista, especialmente as regiões de Praia Grande, Cubatão e São Vicente.

De acordo com a reportagem, **os valores pagos aos policiais em atividade giravam em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês**. Aproximadamente 260 pessoas figuravam como membros de um dos grupos de *WhatsApp* do esquema: o Tático RUMO/ Tático TO Paratinga.

Aliás, trouxe-se à baila que de **54 (cinquenta e quatro) telefones pesquisados do grupo, 19 (dezenove) estão associados a nomes de policiais militares, 20 (vinte) a agentes e policiais penais, 09 (nove) a guardas civis de três cidades** e 05 (cinco) a policiais militares aposentados.





A título de exemplo desse deslocamento indevido de policiais, **nota-se que um dos administradores do grupo de WhatsApp é o Capitão Felipe Barboza**. Ele prestava serviços à CampSeg sem estar licenciado de suas atividades na Polícia Militar. Tão somente no dia 17 de março, após ter sido filmado por uma equipe da TV Tribuna (filial da rede globo no litoral) é que ele efetivamente se licenciou de suas atividades.

Ainda, **as cópias das mensagens acostadas e constantes nas notícias de diversos veículos de comunicação demonstram que, por meio desses grupos, os agentes tentavam controlar o “Disque 190” da Polícia Militar** – que serve para acionamento da polícia emergencialmente.

Perceba-se que, em 11 de fevereiro p.p., o agente Pires relata: “12 vagões com a bica aberta”. Em seguida, o Capitão Barboza pergunta se “a equipe está bem”. Um minuto depois, o gerente Vaz, da empresa de segurança, ordena: **“Acionem o 190 a cada dez minutos. Estou ajustando o apoio do Águia no local”**. Só depois é que o agente Luciano Brabo diz ter avisado a Polícia Militar por meio do “Disque 190”. O capitão então responde: “Boa”[3].

Estranhamente, após tais fatos chegarem ao conhecimento dos veículos de comunicação, que começaram a procurar os agentes e a obter informações, **o Capitão Barboza começa a excluir o número de todos os agentes públicos dos grupos de WhatsApp**.

Sem contar que o policiamento ostensivo estava tão grande no local, que ocorreram, ao menos, duas tragédias. A primeira se trata das mortes do sargento da reserva da Polícia Militar Reginaldo dos Santos Conceição e do guarda civil Wagner Moreira Coelho. Ambos foram atingidos por disparos feitos por policiais militares que também patrulhavam o local e os confundiram com roubadores de trens.

Ora, não é possível que a Polícia Militar, ostensiva que é, seja deslocada em peso para a “proteção” de uma via ferroviária enquanto tantos outros lugares precisam de maior patrulhamento – como, por exemplo, as escolas públicas.

Ante o exposto, solicito os préstimos de Vossa Excelência para, como mencionado alhures, **envie a este Parlamentar o expediente completo** (cópia integral dos autos, documentos, requisições, oitivas etc.) do **inquérito policial militar instaurado para apurar a participação de policiais militares nos fatos envolvendo a empresa CampSeg e o deslocamento indevido dos referidos policiais**.

É de interesse público que se obtenha maiores informações sobre o aludido inquérito policial militar, como forma de prestação de contas à sociedade em um Estado Democrático de Direito.

[1] Disponível em: . Acesso em 10 abr. de 2023.

[2] Trata-se da pessoa jurídica **CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ 07.621.445/0001-38**, cujo sócio é o Sr. Nelson Santini Neto, irmão de José Vicente Santini, este último assessor especial do atual Governador do Estado.

[3] Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2023.





Reis



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370038003500330031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletrônicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 370038003500330031003A005000

Assinado eletrônicamente por **Reis** em **27/04/2023 18:03**

Checksum: **DB05677B8A4BBD1C171949B8AAC04638DC2BEC0E1C676825F03180E0A64EF890**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370038003500330031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

AO VIVO

Boletim Metropoles 1ª edição. Juros altos em discussão, suspensão do telegrama e Cuca pede para sair. Acompanhe

São Paulo

Corregedoria apura uso de PMs em empresa ligada a assessor de Tarcísio

Empresa de segurança do irmão de um assessor do governador Tarcísio de Freitas usaria PMs da ativa para proteger carga de cliente em SP

Bruno Ribeiro

14/04/2023 19:10, atualizado 14/04/2023 19:10

Rosinei Coutinho/SCO/STF



São Paulo – A Corregedoria da **Policia Militar** de São Paulo investiga se PMs da ativa prestaram serviços particulares para uma empresa de segurança privada ligada a um assessor especial do governador **Tarcísio de Freitas** (Republicanos).

A empresa envolvida seria a **CampSeg**, que tem como sócio o empresário Nelson Santini. Ele é irmão do advogado José Vicente Santini (*foto em destaque*), que já ocupou cargos no governo do ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) e agora está lotado no escritório de representação do governo paulista em Brasília.

Segundo reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, a CampSeg foi contratada pela empresa de logística Rumo, que atua no transporte de grãos por trem até o Porto de Santos, após uma escalada nas ocorrências de roubo de carga e equipamentos.

Conversas de WhatsApp e imagens reproduzidas pelo jornal indicam que a empresa usava policiais militares como funcionários para garantir proteção ao cliente.

O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, teria se envolvido nas ações policiais relacionadas à empresa, participando, inclusive, de uma reunião para discutir estratégias de segurança para evitar o roubo da carga no começo do ano.

Conexões

José Vicente Santini e seu irmão Nelson Santini, dono da CampSeg, são amigos de Derrite, e também do senador Flávio Bolsonaro e do deputado federal **Eduardo Bolsonaro**, filhos do ex-presidente da República.

O assessor do governador chegou a ser o número 2 da Casa Civil do governo Bolsonaro. Ele deixou o cargo em 2020, **após usar um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para uma viagem à Ásia**, com escala na Suíça.

conteúdo patrocinado

by Taboola

Loja de São Paulo faz liquidação de Lençóis

Ofertas Quentinhos | Sponsored

[Saiba mais](#)

Esses são os 3 sinais do alzheimer precoce

Recupere a memória | Sponsored

Idosos dizem que é como obter um novo par de joelhos!

Power Knee Elite | Sponsored

Por causa da boa relação com o clã bolsonarista, ele retornou ao governo depois, em 2022, como secretário nacional de Justiça. Naquele ano, como o **Metrópoles** revelou, **Santini**

comprou uma mansão de R\$ 6,7 milhões em Brasília

Já Nelson Santini, que foi policial militar da Rota e já trabalhou com Derrite na PM, foi incluído pelo governador Tarcísio no grupo de trabalho de Segurança Pública durante a transição de governo, em novembro do ano passado.

O grupo trabalhou por dois meses e teve acesso a informações sensíveis sobre o funcionamento de toda as áreas do governo estadual. Antes disso, a CampSeg foi contratada pelas campanhas de Tarcísio e de Derrite, que foi eleito deputado federal, para prestar serviço de segurança. Recebeu R\$ 122,2 mil ao todo.

Ação contra criminosos

O secretário Derrite comentou o caso na última segunda-feira (10/4). Ele disse que o trabalho de PMs de folga “vai ser apurado” e que isso “não é permitido pelo código de regulamento da Polícia Militar”.

Derrite, entretanto, afirmou que “o que existia lá era o crime organizado inviabilizando o maior escoamento de grãos” do país. Ele admitiu ter se reunido com a empresa de logística, mas disse não ter tido nenhum contato com a CampSeg.

“Ao longo de 2022, foram 80 ataques aos trens da empresa. Somente nos dois primeiros meses deste ano, foram 200. É óbvio que existia um problema de segurança”, afirmou o secretário.

Derrite disse ainda que “não tem vínculo nenhum” com a CampSeg, apesar da amizade com os irmãos Santini e o serviço prestado para sua campanha, e reforçou que só se envolveu no caso por se tratar de um risco de segurança às exportações nacionais.

Tarcísio, por sua vez, afirmou na mesma ocasião que “a contratação de uma empresa privada por uma empresa privada é problema do privado”. O governador também defendeu a atuação da PM para conter os roubos de carga.

O Metrópoles procurou a CampSeg, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto para manifestação.

Por telefone, José Vicente Santini disse ao Metrópoles que não tem nenhuma relação com a empresa e que, segundo conversa que teve com seu irmão após o caso ser divulgado, não teria sido a CampSeg que prestou serviços no caso, mas sim uma outra companhia da qual Nelson é sócio.

Santini ainda atribuiu o caso a disputas políticas. “Depois que meu irmão cogitou disputar a prefeitura de Campinas, histórias contra ele, sem fundamento, começaram a aparecer”.

Mais lidas

- | | |
|---|---|
| <p>1</p> <p>São Paulo há 18 horas</p> <p>Homem invade creche com facão, é contido por “tio da van” e vai preso</p> | <p>2</p> <p>Fábia Oliveira há 1 dia</p> <p>BBB23: Paulo Vieira e Calabresa constrangem Aline com “prêmio” ao vivo</p> |
| <p>3</p> <p>Leo Dias há 3 horas</p> <p>“Imatura e preguiçosa”, diz mãe de João Gomes sobre Ary, ex do cantor</p> | <p>4</p> <p>Grande Angular há 21 horas</p> <p>Exclusivo: CPI investiga por que chefe de Operações da PMDF preso após 8/1 recebeu Pix de subordinados e empresa</p> |
| <p>5</p> <p>Distrito Federal há 1 hora</p> <p>CPI dos Atos Antidemocráticos convoca generais Heleno, Dutra e G. Dias</p> | |

RECOMENDADOS

Loja de São Paulo faz liquidação de Lençóis

Descontos de até 50% + Frete grátis!

Ofertas Quentinhos | Sponsored

[Saiba mais](#)

Cartão de Visita (100 un.)

Diversas opções para destacar seus cartões e tornar você mais especial. Compre Agora!

R\$ 41,10

PRINTI | Sponsored

[Comprar](#)

Michelle Bolsonaro mentiu

Ex-primeira-dama segue a escola do marido

Metrópoles



Empresa de irmão de assessor especial de Tarcísio usa PMs em segurança privada

Documentos e vídeos mostram indícios de desvio de viaturas do patrulhamento e até de helicóptero para proteger ferrovia; ação provocou mortes de sargento e de guarda; empresário nega conflito entre suas atividades empresariais e políticas

Marcelo Godoy - **Estadão**

10 de abril de 2023 | 05h00

A **CampSeg**, empresa do irmão de um assessor especial do governador **Tarcísio Freitas** (Republicanos), arregimentou policiais militares, agentes prisionais e guardas civis para fazer a segurança patrimonial da ferrovia na região do porto de Santos. Documentos oficiais, vídeos e cópias de conversas de WhatsApp do grupo da empresa, obtidos pelo **Estadão**, mostram indícios de desvio de viaturas que deviam atender o telefone 190 para patrulhar a linha férrea em áreas rurais, além de possível acionamento do helicóptero Águia, da PM, por chefes da empresa. Especialistas e ex-comandantes da PM defendem a apuração de potencial apropriação privada da segurança pública.

CONTINUA
APÓS A
PUBLICIDADE

LEIA TAMBÉM



Senado avança com 'Lei Moro' para enquadrar ações de milícias e de facções como terrorismo



aneves_security • Seguir

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo



aneves_security Ontem fui recebido pelo Sr Secretario de Segurança Pública de SP Exmo Sr Guilherme Derrite @guilhermederrite a qual tive a oportunidade em explicar os desafios que tenho enfrentado na Gestão de Segurança Ferroviária.

Tenho convicção de que o Governo de São Paulo adotará importantes medidas de Segurança Pública para o contínuo desenvolvimento de nosso Estado.

A Ferrovia agradece, nossa população agradece e o Brasil cresce.

Obrigado por me receber Sr Secretario Cap Derrite, conte comigo no que preciso for!



Reprodução redes sociais/ Marcelo Godoy

Em 9 de janeiro, o secretário Derrite se encontrou com Antonio Neves, diretor da Rumo Logística, cliente da CampSeg; logo depois, começaram operações da PM na ferrovia
Foto: Reprodução redes sociais/ Marcelo Godoy

A CampSeg é uma empresa fundada pelos irmãos Nelson e José Vicente Santini. Este último figurava entre os donos até 2021. Próximo do deputado federal **Eduardo Bolsonaro** (PL-SP), ele trabalhou na Casa Civil no governo de **Jair Bolsonaro** (PL) até ser afastado por usar um avião oficial para viajar à Índia. Ganhou depois um cargo no Ministério da Justiça, onde ficou até o fim da gestão. Hoje é assessor especial do governador paulista. Seu irmão Nelson foi policial das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e trabalhou com o secretário estadual da Segurança Pública, o capitão **Guilherme Derrite**.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Após saírem da Rota, Nelson e Derrite entraram na política. Nelson virou vereador em Campinas, em 2016, mas não se reelegeu. Derrite se tornou deputado federal em 2018. E foi reeleito. O maior doador pessoal de sua última campanha foi o amigo Nelson: R\$ 88,6 mil, segundo a Justiça Eleitoral. Nelson é sócio de Arnaldo Costa Vargas, empresário do ramo de segurança em Brasília que doou R\$ 200 mil à campanha de Tarcísio. Esta pagou à CampSeg R\$ 116 mil por serviços de segurança.





infographics

Mortes

A CampSeg anunciou sua ação na Baixada Santista em 2 de janeiro, após ser contratada pela concessionária da linha férrea – a Rumo Logística. No dia 9, a Rumo se reuniu com Derrite. Depois, o comando da PM mobilizou tropas especiais contra o roubo de cargas na ferrovia. A pasta justificou a medida tomada já nos primeiros dias de janeiro em razão do aumento do crime, registrado depois nos dados do primeiro bimestre (61%), envolvendo até incêndio de trem e danos milionários.

A ação das tropas da PM e a dos seguranças da CampSeg provocou uma tragédia: a morte do sargento da reserva da PM Reginaldo dos Santos Conceição e a do guarda civil Wagner Moreira Coelho. No dia 25 de janeiro eles foram atingidos por tiros de fuzil



CONTINUA
APÓS A
PUBLICIDADE

“Nem imaginavam (*que o COE estava lá*). Mudou de empresa (*de segurança*) e a CampSeg assumiu. O COE não tinha noção do que se passava, não foi informado que havia policiais militares prestando serviço à CampSeg”, disse Fabiana Conceição, de 45 anos, viúva do sargento. Esse não foi o único caso de agente público morto ou ferido a serviço da CampSeg. Um policial penal foi baleado no pescoço ao lado da linha do trem, no dia 8 de março, em São Vicente.

Reprodução redes sociais

Seguranças da CampSeg controlam o envio de PMs para a ferrovia, reportando em grupo
Foto: Reprodução redes sociais

Os agentes Pires e J. Souza, assim identificados no grupo de mensagens, foram os responsáveis por contratar policiais em Praia Grande, Cubatão e São Vicente. Pagava-se R\$ 28 a hora ou R\$ 336 por dia e R\$ 5 mil por mês. Ao todo, 260 pessoas participavam de um dos grupos de WhatsApp do esquema: o Tático RUMO/ Tático TO Paratinga. O **Estadão** pesquisou 54 dos telefones do grupo e constatou que 19 estão associados a



A reportagem obteve mensagens, fotos e vídeos do grupo. Eles mostram que o capitão Felipe Barboza, do 4.º Batalhão da Polícia Rodoviária, era um de seus administradores. Desde fevereiro, Barboza atuava para a CampSeg sem estar licenciado da PM, conforme disseram policiais à reportagem e mostram as conversas dele no grupo. Só em 17 de março, após ser filmado no dia 13 de março pelo jornal *A Tribuna* em operação com a roupa da empresa, ele se licenciou.

Águia

Cópias de mensagens sugerem policiais da ativa fiscalizando o atendimento de operadores do telefone 190 e que o helicóptero Águia da PM foi engajado por gerentes antes de o 190 ser avisado. Em 11 de fevereiro, o agente Pires relata “12 vagões com a bica aberta”. O capitão Barboza pergunta às 21h17 se a equipe está bem. Um minuto depois, o gerente Vaz, da empresa de segurança, ordena: “Acionem o 190 a cada dez minutos. Estou ajustando o apoio do Águia no local”. Só depois é que o agente Luciano Brabo diz ter avisado a PM por meio do 190. O capitão então responde: “Boa”.

CONTINUA
APÓS A
PUBLICIDADE



Eles controlavam cada passagem delas e comemoravam. Foi assim quando o capitão Barboza anunciou que um helicóptero estava sobrevoando a “área de cobertura”. “Somos nós”, escreveu. E compartilhou um emoji de punho fechado. O cabo Alves, do 2.º Baep, respondeu: “Aí sim”. Só então Vaz, o gerente, ordena: “Favor fazer o 190”.

infographics

Após o **Estadão** procurar a Secretaria da Segurança e a CampSeg, o capitão e os ajudantes começaram a desmontar os grupos de WhatsApp, excluindo dezenas de agentes públicos. A reportagem obteve vídeo mostrando a implosão de um grupo.

O **Estadão** teve acesso ainda a documentos da PM, como ordens de serviço da 3.ª Companhia do 39.º Batalhão para o Comando de Grupo de Patrulha 3 deslocar por 20 dias alternados – de 24 de janeiro a 30 de março – viaturas que atendiam o 190 para a inóspita Estrada Paratinga, ao lado da ferrovia, em São Vicente, apesar de o batalhão contar com patrulha rural. Entre janeiro e fevereiro, houve 2.679 roubos (75 de cargas) na Baixada, 12% a mais do que 2022 – o roubo de carros cresceu 16% – e uma onda de sequestros de turistas nas estradas, na volta do litoral.

infographics

DESVIOS

Especialistas dizem não haver razão para deslocar meios ostensivos da PM para a ferrovia em vez de proteger as pessoas. “Usar policiais de Santos, Guarujá e Praia Grande na alta temporada para policiar a linha do trem não faz sentido. Não se questiona a importância da atividade econômica do modal ferroviário. Mas por que não se fez um convênio com o Estado para usar policiais durante a folga em operação delegada?” indaga Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para Rafael Alcadipani, professor da FGV, a forma correta de combater roubos de carga é investigar as quadrilhas e prender os ladrões, como na Operação Ferrovia Segura, em março.

Lima e Alcadipani dizem que o Ministério Público deve analisar a suspeita de apropriação privada de meios do Estado. “Esse caso reforça a importância do programa de câmeras corporais da PM, pois com elas é impossível policiais de serviço serem desviados para atender a interesses privados”, disse Lima. A maioria dos PMs da Baixada não usa câmera.

CONTINUA
APÓS A
PUBLICIDADE

Derrite foi contra as câmeras na campanha eleitoral. O **Estadão** apurou que o comando da PM está sendo pressionado por políticos bolsonaristas para modificar o uso delas.



segurança. “Como fica o dono da padaria que é assaltada? Vai querer uma viatura na porta?”, questiona o coronel José Vicente da Silva Filho. “O combate ao crime é necessário, mas deve ocorrer dentro da lei.”

Reprodução/Marcelo Godoy/Arte TV Estadão

Capitão Barboza começa a excluir números de agentes públicos do grupo da CampSeg na quinta-feira, dia 4 Foto: Reprodução/Marcelo Godoy/Arte TV Estadão

Nivaldo Restivo, ex-comandante-geral da PM, disse ter certeza de que o comando vai apurar o caso com “isenção e rigor”. Também ex-comandante-geral, Rui César Melo lembrou que a PM é instituição com quase 200 anos. “E a missão de quem está lá dentro é preservar essa história. O que está sendo relatado é coisa completamente condenável em termos operacionais e disciplinares.”

Trens se tornam alvo de criminosos

De acordo com reportagem do **Estadão** publicada em 8 de fevereiro, trens de empresas ferroviárias que transportam cargas para o Porto de Santos foram alvo de uma rede criminosa - os bandidos estariam atrás de soja, açúcar, carne e combustível. De acordo com reportagem publicada em fevereiro deste ano, apenas em 2022 teriam ocorrido mais

época.

Ouvida pelo **Estadão**, a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) disse que a ação desses criminosos colocava a segurança da população em risco e trazia prejuízos para a economia do País. Na mesma reportagem, a Rumo também se pronunciou, por meio de nota. “Todas as interferências na linha férrea são registradas em boletim de ocorrência, e a concessionária segue mantendo conversas com a Secretaria de Segurança Pública e com os comandos gerais das polícias Militar e Civil”, dizia um trecho do comunicado.

Respostas

CONTINUA
APÓS A
PUBLICIDADE

O empresário Nelson Santini negou haver conflito entre suas atividades empresariais e políticas. “Uma coisa é o trabalho político que faço até hoje, outra coisa é o CNPJ. Eu separo muito bem.” Segundo ele, a amizade com o secretário da Segurança, Guilherme Derrite, não influencia as ações de sua empresa, a CampSeg, contratada pela Rumo Logística para vigiar a ferrovia na Baixada Santista ([leia aqui](#)).

A Secretaria da Segurança informou que “qualquer denúncia de trabalho fora da instituição envolvendo policiais militares, salvo nas ocasiões em que estes estejam oficialmente licenciados e sem vencimentos, conforme determina a lei, será devidamente apurada”. Ainda segundo ela, “as circunstâncias dos fatos que culminaram na morte do policial reformado Reginaldo dos Santos Conceição são investigadas por meio de inquéritos civil e militar”

Tanto a pasta quanto a Rumo Logística realçaram a importância do combate ao roubo e furto de cargas. “Essa é uma das linhas de ação da Secretaria, que vem intensificando o trabalho para identificação e desmantelamento do crime organizado”. A Rumo informou que em 2022 foram registradas 80 ocorrências na ferrovia. Só “nos dois primeiros meses de 2023, foram mais de 200, todas registradas em boletins de ocorrência.” Segundo ela, esse ataques visam furtos de grãos e combustíveis e colocam vidas em perigo.



TERRORE

- 'Lula falar em armação da PF ofende a mim e ao MP', diz promotor jurado de morte pelo PCC
- Lula repete Bolsonaro e Moro e subestima planos do crime organizado; PCC comemora
- PCC gastou R\$ 5 milhões para resgatar Marcola e atacar Moro; veja detalhes do plano

Tudo o que sabemos sobre:

Polícia Militar de São Paulo

segurança pública

Guilherme Derrite

Tarcísio de Freitas

Eduardo Bolsonaro

Porto de Santos

Rumo Logística

Nelson Santini

José Vicente Santini

CampSeg



Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM *POLÍTICA*



aposentado

Lula define postura na guerra da Ucrânia apoiado em sabedoria de botequim

Como cada deputado votou a urgência do PL 2630 das Fake News; confira

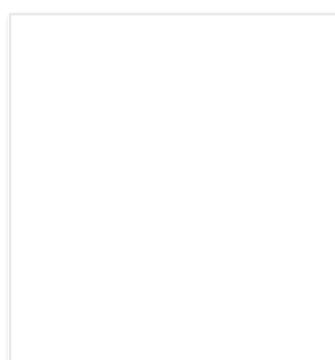
Grupo Estado © 1995-2023.
Todos os direitos reservados.

[Termos de uso](#) [Código de ética](#) [Política anticorrupção](#) [Demonstrações contábeis](#) [Fale conosco](#)
[Publicidade](#) [Código de ética](#) [Trabalhe conosco](#) [Curso de jornalismo](#)

Siga o Estadão



[Receba as newsletters do Estadão >](#)



- [Jornal de hoje](#)
- [meuEstadão](#)

ASSINE